



# ORBIS

Boletim Trimestral do  
LEPEB-UFF

---



**Vol.1 – Nº 2**  
**Abril-Junho/2023**  
**ISSN: 2965-2235**

## **A atuação da oposição na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nos primeiros meses do governo Lula III**

Enzo Mello Barroso Menucci\*

Voltar a pensar o Brasil a partir dos interesses nacionais é um dos grandes desafios do governo Lula III. Logicamente, é um esforço em sintonia com o empreendimento maior de retomada das atividades pós-Bolsonaro. Nesta especificidade, a questão posta é a de voltar à uma política externa propositiva, em contraposição à reatividade anterior, postura essa que teve como exceção a fracassada iniciativa do Prosul.

Nesse sentido, este texto tem como objetivo se debruçar brevemente sobre os primeiros movimentos da política externa brasileira (PEB) em 2023, incluindo suas repercussões nos chamados núcleos da política externa bolsonarista: militares, político-ideológico e econômico liberal-conservador (HIRST; MACIEL, 2020). Para isso, partimos da observação de sessões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) de discursos de parlamentares opositores, levantados no site oficial da Câmara dos Deputados entre março e maio de 2023.

Se as eleições parlamentares de 2018 pulverizaram as bancadas com os maiores partidos, elegendo, em geral, entre 30 ou 40 deputados federais cada, as eleições de 2022 acabaram indo na contramão desse maior equilíbrio (BBC, 2022), certamente, entre outros fatores, reflexo da reforma eleitoral recente. Um exemplo concreto é o Partido Liberal, do ex-presidente Jair Bolsonaro, ter obtido a maior bancada nas duas casas, seguido pela federação governista. As demais legendas aparecem atrás com uma diferença significativa de congressistas.

Esse cenário também se configura com a vitória de Lula e o enfrentamento de uma oposição que é capaz de ir além de Bolsonaro, como apontado por Sergio Schargel (2023, p. 7), num movimento mais capilarizado, incontornável e intransigente no Congresso.

A ampliação do processo decisório da política externa brasileira também tem seu peso nesse novo panorama, consequência de um processo de diminuição do protagonismo do Itamaraty (SANTOS; PINHEIRO, 2023). Ao mesmo tempo, a importância da diplomacia presidencial, traço forte das gestões anteriores de Lula e já presente na atual, se coloca de maneira firme na direção da reconstrução da política externa brasileira.

Acentua-se, nessa questão, a frágil governabilidade do chamado “Lula III” e a necessidade de uma maior articulação entre os atores em função da institucionalização da PEB, como apontado por Maria Regina Soares de Lima, Diogo Ives e Marianna Albuquerque (p. 7, 2023).

Além disso, a característica mais visível desses esforços no início do governo tem sido no sentido de retomar as rédeas da PEB, até então relegada ao simples nível comercial, consequência dos últimos anos de abandono e ideologização, na contramão do histórico pragmatismo diplomático.

Até o momento, as figuras mais proeminentes na Comissão em questão são os deputados Marcel van Hattem (Novo-RS), Carla Zambelli (PL-SP), Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Ricardo Salles (PL-SP), todos com grande protagonismo no governo anterior. Notadamente, há uma maioria conservadora, em consonância, tanto com a maior bancada, quanto com a mais forte liderança oposicionista ao governo, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Um dos primeiros temas debatidos na CREDN foi o fim da isenção de vistos para nacionais australianos, estadunidenses, canadenses e japoneses, de acordo com o princípio da reciprocidade em relações bilaterais. Em audiência pública no dia 26 de abril, o embaixador Leonardo Luís Gorgulho Nogueira Fernandes, secretário de comunidades brasileiras e assuntos consulares e jurídicos, compareceu na comissão representando o chanceler Mauro Vieira, então na Espanha, para dar explicações sobre a decisão do governo.

No que toca aos objetivos mais amplos da diplomacia brasileira, uma crítica relativamente pertinente é a de postergar os esforços de integrar a OCDE. Um debate chegou a ser marcado para o dia 11 de maio por requerimento do deputado Marcel van Hattem, mas acabou sendo cancelado.

Em sintonia com a reorientação da diplomacia, no dia 3 de maio foi aprovado um requerimento, a pedido do deputado Ricardo Salles, para que o ministro das Relações Exteriores prestasse esclarecimentos sobre o reingresso do Brasil na Unasul, com o deputado Luiz Phillipe de Orleans e Bragança (PL-SP) solicitando, também, esclarecimentos sobre aspectos jurídicos e diplomáticos dessa iniciativa.

Em 16 de maio, houve uma visita de uma delegação do Parlamento Europeu na comissão. Nesse encontro, o deputado Alfredo Gaspar (UNIÃO-AL) repudiou uma fala do presidente da república que atribuía à Europa responsabilidades sobre a guerra russo-ucraniana. O posicionamento brasileiro em relação à guerra também levou a

questionamentos recorrentes, sobretudo às falas do presidente Lula defendendo uma posição de neutralidade frente ao conflito.

A questão da reaproximação com a Nicarágua e a Venezuela também foram pontos debatidos na CREDN. No que toca à primeira, por requerimento da deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), uma moção de repúdio foi apresentada na comissão, que acabou agregando mais alguns tópicos específicos, a pedido de outros deputados. O deputado Eduardo Bolsonaro criticou a não assinatura de condenação a Ortega nas Nações Unidas. Também foi abordado algumas vezes, mesmo que de maneira breve, a autorização de atracação de navios iranianos em portos brasileiros, tanto pelo deputado van Hattem em 15 de março, quanto pelo deputado Alfredo Gaspar, em 12 de abril.

Outro tema muito tratado pelos deputados opositores na CREDN é a nomeação do ex-senador e ex-governador do Acre Jorge Viana para a presidência da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). As críticas, requerimentos e moções ora se debruçam sobre qualificações curriculares de Viana, ora sobre a implementação de reformas na agência.

Outros dois pontos importantes desse primeiro semestre na CREDN foram as presenças dos ministros Mauro Vieira, de Relações Exteriores, e José Múcio Monteiro Filho, de Defesa. O primeiro foi questionado, entre outros assuntos, sobre o retorno do país à Unasul, em virtude dos outros países integrantes e suas questões de Estado de Direito. Já o segundo, apresentou no dia 17 de maio as prioridades da defesa nacional para o ano corrente. Neste encontro, o deputado Ricardo Salles argumentou em favor do fim das operações GLO - embora por motivos opostos aos dos problemas frequentemente apontados em estudos acadêmicos - e do artigo 142 da Constituição Federal (bastante abordado durante as últimas eleições).

Outra questão, digna de nota, discutida na Comissão é a emigração de jovens indígenas da Amazônia para a Turquia, debate suscitado por uma matéria publicada pelo portal “Metrópoles”, que apontou a possível atuação de um grupo religioso islâmico junto a jovens indígenas do estado do Amazonas. Apesar dessa organização ter começado a atuar no município de São Gabriel da Cachoeira em 2019, a sessão convocada por requerimento do Dep. Alfredo Gaspar foi marcada por cobranças de medidas mais efetivas do Executivo em relação ao combate ao tráfico de pessoas.

Assim, conforme o desenho acima, é que tem se dado a atuação dos parlamentares de oposição na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao longo deste primeiro semestre de 2023. Certamente, muitos desses posicionamentos são decorrentes não apenas da filiação partidária, mas principalmente de alinhamentos ideológicos e



visões divergentes acerca das potencialidades da política externa brasileira, notadamente no que se refere à escolha e construção de parcerias estratégicas.

### Referências:

HIRST, Mônica; MACIEL, Tadeu Morato. O tripé da política externa brasileira no governo Bolsonaro. **Boletim OPSA**, Rio de Janeiro, n. 3, jul/set., p. 6-15, 2020.

SCHARGEL, Sergio. O que resta do bolsonarismo. **Boletim Orbis**, Niterói, v. 1, n.1, p. 5-8, 2023.

SANTOS, Leandro Wolpert dos; PINHEIRO, Leticia. A reconfiguração do processo decisório da política externa brasileira, seus estudos e novas agendas de pesquisa. In: PINHEIRO, Leticia; GONÇALVES, Fernanda Nanci (org.). **Análise de política externa no sul geopolítico: interpretações e perspectivas**. Curitiba: Appris, 2023.

LIMA, Maria Regina Soares; IVES, Diogo; ALBUQUERQUE, Marianna. Editorial: o retorno de uma política externa brasileira multifacetada. **Boletim OPSA**, Rio de Janeiro, n. 1, jan/mar., p. 4-8, 2023.

BBC. **Eleições 2022: quantos deputados e senadores cada partido elegeu**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63115390>>. Acesso em: 6 jun. de 2023.

SITE OFICIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/agenda>>. Acesso em: 7 jun. 2023.

---

\* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestrando em Estudos Estratégicos no PPGEST/UFF. É pesquisador do Laboratório Nexus (associado ao grupo de pesquisa SeDeAMERICAS) e do Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira (LEPEB/UFF). E-mail: [enzomenucci@id.uff.br](mailto:enzomenucci@id.uff.br)